Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 14

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
As incongruências da reforma tributária: direito à saúde sim, mas saneamento básico não 3

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Isenção do IR: rixa entre Lira e Renan põe governo sob tensão 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Soberania econômica: a resposta que a indústria pode dar à instabilidade global 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Comércio virtual de bebidas é suspenso 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Fintech é elo entre apuração sobre INSS e bet suspeita 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo avalia novo aumento do IOF para compensar MP 13

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
ONGs relatam aumento de 700% de desnutrição infantil 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Câmara impõe derrota ao governo e arquiva MP 16

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Lula sanciona ampliação da tarifa social de energia elétrica 17

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Rejeição de MP dos impostos causará bloqueio em 2025 18

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZH
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Câmara deixa MP com alta de tributos caducar 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
ECONOMIA
A parte visível, nua e crua da nossa crise econômica 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"A maior vulnerabilidade da economia do País é fiscal" 22

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL
Pejotização: um tema de hoje e do futuro (Artigo) 24

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Encontro com Trump dá força a Lula e rejeição à anistia cresce, diz Quaest 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Senado deve barrar "contrarreforma" da Previdência (Editorial) 27

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Fraudes no INSS: PF deflagra nova fase de operação em oito estados 28

FOLHA ONLINE - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Genial/Quaest: Lula sustenta vantagem e venceria todos os candidatos em 2º turno 29

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
STF autoriza, e PF faz nova operação contra fraudes em descontos indevidos (inss)
. 31

As incongruências da reforma tributária: direito à saúde sim, mas saneamento básico não

A **Reforma Tributária** representa um avanço inquestionável para o país. A unificação dos **tributos** sobre o consumo e a adoção do modelo IVA, amplamente utilizado ao redor do mundo, com base ampla e incidência transparente, caminha em direção à maior simplicidade do sistema e a tão almejada segurança jurídica. Ainda assim, há pontos que exigem reflexão, como a opção da Lei Complementar (LC) 214/2025 de tributar o saneamento básico pelo regime geral do IBS e da CBS.

Embora idealmente a incidência uniforme e sem exceções constitua a melhor recomendação econômica ao sistema tributário sobre o consumo, dada a alta dependência arrecadatória que recai sobre esta base exigindo uma alíquota padrão elevada para um país em desenvolvimento e repleto de desigualdades, a Emenda Constitucional (EC) 132/2023 acertadamente reconhece que os serviços de saúde são essenciais e merecem tratamento diferenciado.

Não se trata, afinal, de qualquer novidade, mas apenas da ratificação de valores e garantias já consagrados constitucionalmente. A Constituição Federal estabelece a saúde como direito social (arts. 6º e 196), cuja competência é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (arts. 23, II e 24, XII) e atribui ao SUS a formulação de políticas de saneamento (art. 200, IV).

No plano infraconstitucional, a LC 141/2012 reconhece o saneamento como despesa de saúde (art. 3º, VI), enquanto a Lei 8.080/1990 o classifica como determinante da saúde coletiva (art. 3º) e a Lei 11.445/2007 o define como um conjunto de serviços de água, esgoto, resíduos e drenagem. A própria OMS entende o saneamento como instrumento de saúde pública: trata-se da primeira linha de defesa contra doenças e condição básica de bem-estar físico e social, conforme estudo da OMS de 2012 (Global costs and benefits of drinking-water supply and sanitation interventions to reach the MDG target. Geneva: World Health Organization).

Seguindo esta lógica, a EC 132/2023 em seu art. 9º, §1º, II, determinou que lei complementar reduziria em 60% as alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis aos serviços de saúde. Contudo, a LC 214/2025, ao regulamentar o tema, deixou o saneamento de fora do rol de serviços sujeitos à redução (art. 130 e Anexo III), submetendo-o integralmente à alíquota padrão.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O impacto é significativo: a carga tributária do setor, atualmente em torno de 9,74%, conforme estudo da GO Associados, sofrerá aumento com a incidência integral da alíquota de referência de IBS e CBS, o que se traduz em um aumento médio de 18% nas tarifas de água e esgoto. O estudo da FGV Justiça (2024) alerta para os riscos de inviabilizar investimentos essenciais, afetando milhões de brasileiros e comprometendo a universalização prevista para 2033 pelo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020).

Vale lembrar que durante a tramitação do PLP 68/2024, que culminou na LC 214/2025, o saneamento foi incluído no rol de serviços de saúde sujeitos à alíquota reduzida, mediante a óbvia justificativa: prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida e reduzir os custos do SUS. Não obstante a louvável tentativa do Senado Federal, no retorno da proposta à sua casa de origem, a Câmara dos Deputados rejeitou a mudança sob o argumento de que tal inclusão poderia elevar em até 0,38 ponto percentual a alíquota padrão, onerando outros setores.

Tal preocupação seria legítima se estivéssemos diante de um privilégio setorial. Mas não se trata disso. Reconhecer o saneamento como parte integrante da saúde é medida essencial e primária de saúde pública coerente com a Constituição e com os próprios princípios da reforma. É nesse espaço de ajustes técnicos que o novo sistema tributário mostra sua força transformadora: combinar eficiência arrecadatória com efetividade de direitos fundamentais.

Aplicar o regime geral para água e esgoto é incongruente com essa lógica. A incidência das

alíquotas integrais sem a redução aplicável à saúde implica em aumento do preço do serviço, prejudicando a população mais vulnerável, compromete a universalização do acesso e contraria os princípios de justiça tributária e da atenuação de efeitos regressivos, valores consagrados pelo art. 145, §§ 3° e 4° da Constituição Federal (CF) conforme redação atribuída pela EC nº 132/2023.

Se a reforma acolheu a essencialidade da saúde, não pode relegar o saneamento a tratamento secundário.

Cabe ao Congresso corrigir a omissão, garantindo ao saneamento o mesmo enquadramento tributário da saúde. Se não houver solução legislativa, a questão chegará ao Judiciário, que terá de assegurar a guarda da Constituição e a efetividade do direito fundamental à saúde. Reconhecer o saneamento como serviço de saúde não é privilégio fiscal: é dar concreção às garantias constitucionais e reforçar o compromisso do país com uma política tributária mais justa e socialmente responsável.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
As incongruências da **reforma tributária**: direito à saúde sim, mas saneamento básico não

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/10/as-incongruencias-da-reforma-tributaria-direito-a-saude-sim-mas-saneamento-basico-nao.shtml

Isenção do IR: rixa entre Lira e Renan põe governo sob tensão

A decisão do presiente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de indicar o senador Renan Calheiros (MDB-AL) como relator do projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) transformou uma das principais bandeiras do governo Lula em um novo capítulo de disputa política. A escolha elevou a tensão no Palácio do Planalto sobre a vitrine para a campanha à reeleição em 2026. A preocupação se dá porque o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), rival histórico de Renan, foi relator do tema na Casa - e ambos buscam o protagonismo sobre o texto.

O projeto aprovado na semana passada pela Câmara, relatado por Lira, eleva a faixa de isenção para quem ganha até R$ 5 mil mensais, concede reduções proporcionais a rendas entre R$ 5 mil e R$ 7.359 e impõe alíquota mínima de até 10% para contribuintes com rendimento superior a R$ 50 mil por mês.

A mudança, uma promessa de campanha, tem impacto estimado de R$ 30 bilhões anuais e pretende beneficiar cerca de 11 milhões de pessoas.

No Senado, Alcolumbre confirmou que a proposta será analisada apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Renan, antes de seguir ao plenário. Renan fará um calendário de debates, começando com a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; da ministra do Planejamento, Simone Tebet; e do secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, além de representantes de categorias e especialistas convidados.

O senador tem dito que pretende conduzir uma tramitação rápida, com audiências sucessivas para ajustar pontos técnicos do texto.

- Faremos um esforço para que o texto não volte à Câmara, mas se forem necessárias mudanças, faremos, sim. O texto, lamentavelmente, foi deturpado em sua tramitação na Câmara. Não deixaremos que isso aconteça aqui. Queremos uma resolução rápida - disse Renan, ao lado de Alcolumbre e dos líderes do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

O senador, que já havia apresentado em setembro um projeto alternativo de isenção do IR de autoria do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), disse na ocasião que a matéria havia se transformado em "ferramenta de chantagem" na Câmara. Segundo ele, "lamentavelmente, essa matéria não tem tramitado na Câmara, é atípica. O relator, em seguidas entrevistas, tem blindado as bets, remessas de lucros para o exterior, as criptomoedas e quer vincular a outras pautas do Congresso".

Poucas horas após a confirmação do nome do emedebista para a relatoria, Arthur Lira divulgou nota em que pediu que o Senado não transforme a discussão em embate político.

"Que no Senado o projeto do IR seja relatado de forma responsável. O texto que está pronto foi construído com muito trabalho e diálogo, inclusive com o governo, e aprovado na Câmara por unanimidade dentro do prazo. Que não se faça politicagem com um assunto tão relevante", escreveu Lira.

A fala reproduziu a insatisfação do deputado com a movimentação do Senado em torno do tema. Dias antes da votação da Câmara, Renan havia articulado a aprovação, na CAE, de um projeto paralelo de isenção do IR - gesto interpretado nos bastidores como tentativa de pressionar Lira a destravar a tramitação do texto.

Após meses de impasse, o projeto do IR, relatado por Lira, foi aprovado por 493 votos a zero, em meio ao esforço do governo para retomar a agenda econômica depois do desgaste com a PEC da Blindagem e a discussão sobre a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro.

O Planalto espera que a proposta seja sancionada ainda em 2025, para que as novas faixas entrem em vigor na declaração de 2026. A avaliação no governo é que o tema, de forte impacto social, pode se tornar um dos principais trunfos eleitorais de Lula na busca pela reeleição. A disputa entre Renan e Lira, porém, aumentou a preocupação sobre eventuais atrasos.

Nos bastidores do Congresso, parlamentares próximos a Renan afirmam que o senador pretende limitar alterações à supressão de dispositivos considerados estranhos ao mérito, como o trecho que trata dos cartórios. Ele também quer usar o calendário de audiências para reforçar o papel do Senado como instância revisora e para projetar a própria atuação na

pauta econômica.

A relação entre os dois alagoanos atravessa diferentes frentes. Em junho, Renan informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não tinha interesse em conciliação na queixa-crime apresentada por Lira. No processo, o deputado o acusa de calúnia, difamação e injúria por declarações sobre o orçamento secreto e a gestão da prefeitura de Maceió. Na manifestação enviada ao ministro André Mendonça, relator do caso, a defesa do senador afirmou que os dois são "adversários políticos declarados" e que eventual conciliação seria "infrutífera".

Além das divergências em Brasília, a rivalidade tem peso direto na política de Alagoas. Ambos podem disputar as duas vagas ao Senado nas eleições de 2026. A escalada de tensões regionais levou o Planalto a tentar equilibrar forças no estado. Em julho, a nomeação da desembargadora Maria Marluce Caldas, tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC), para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi interpretada como movimento do governo para reduzir atritos entre os grupos e evitar uma candidatura de JHC que pudesse fragmentar as bases de Lira e Renan.

Renan é aliado histórico de Lula e pai do ministro dos Transportes, Renan Filho, enquanto Lira consolidou influência como articulador na Câmara. O embate entre os dois alagoanos - que já havia se manifestado na **reforma tributária**, em indicações a cargos e agora no Imposto de Renda - tornou-se uma das principais disputas políticas do Congresso neste semestre.

Para o Planalto, a prioridade é garantir que o cronograma seja mantido. O governo vê na aprovação do IR uma vitrine capaz de reforçar o discurso de distribuição de renda e de alívio tributário à classe média. O risco, admitem interlocutores, é que o conflito entre Renan e Lira transfira para o Senado a mesma tensão que paralisou outras propostas no primeiro semestre.

Com o avanço da tramitação no Senado, Renan pretende concluir as audiências públicas nas próximas semanas e apresentar o parecer até o fim de outubro. A partir daí, o projeto será levado ao plenário para votação final.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Isenção do IR: rixa entre Lira e Renan põe governo sob tensão

Site:
https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/10/09/isencao-do-ir-rixa-entre-lira-e-renan-poe-governo-sob-tensao.ghtml

Soberania econômica: a resposta que a indústria pode dar à instabilidade global

Efato que o mundo atravessa uma tempestade de incertezas: guerras comerciais, políticas tarifárias voláteis e crises geopolíticas ameaçam desestabilizar as economias mais vulneráveis. No caso do Brasil, o tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou tarifas em até 50% sobre produtos nacionais e reduziu as exportações gerais em quase 20% em apenas um mês, expôs nossa fragilidade diante de choques externos. Se recuarmos agora, abriremos caminho para a desindustrialização, perda de um rico tecido econômico e dissolução da nossa soberania.

Para enfrentar esse momento crítico, a indústria química se coloca como pilar indispensável. O segmento está presente em 96% da produção industrial brasileira, alimentando setores vitais, como agricultura (fertilizantes, defensivos, embalagens), construção (tintas, aditivos), saúde (medicamentos, insumos), alimentos (conservantes, embalagens seguras), energia, defesa e tecnologia. Dar suporte a esse setor não é apenas um ato de atenção política, é garantir a solidez da base da economia que gera empregos, produz alimentos, constrói casas e sustenta o progresso do país. Os números que retratam a situação do setor

são eloquentes. Em 2024, a indústria química brasileira registrou deficit de US$ 48,7 bilhões na balança comercial de produtos químicos, o maior da série histórica. As fábricas operam com apenas 64% da capacidade instalada, o menor nível já registrado. O setor perdeu postos de trabalho e reduziu o recolhimento de **impostos**, enquanto enfrenta custos elevados de energia, gás natural e tributação. Esses indicadores não representam apenas estatísticas, mas sinalizam a urgência de políticas públicas que devolvam competitividade e segurança à indústria nacional.

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - Presiq (PL 892/2025), do deputado Afonso Motta (PDT/RS), surge como a resposta moderna e estratégica para esse desafio. Com urgência aprovada na Câmara e em fase de produção de relatório pelo deputado Carlos Zarattini (PT/SP) para apreciação em plenário, ele propõe estimular a indústria com contrapartidas que aceleram a transição para processos de baixo carbono.

Entre os principais instrumentos do Presiq estão mecanismos de incentivo à produção e inovação, medidas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e apoio a investimentos que tornem a indústria química brasileira mais sustentável e integrada às cadeias globais de valor. O projeto busca garantir previsibilidade regulatória e criar um ambiente de negócios que permita ao setor competir em condições equilibradas com países que já adotam políticas de incentivo robustas.

Os impactos esperados são contundentes: até R$ 112 bilhões de incremento no **PIB**, geração de até 1,7 milhão de empregos diretos e indiretos,

arrecadação tributária adicional de R$ 65,5 bilhões e redução de 30% nas emissões de CO2 por tonelada produzida. Esses números não estão em um relatório acadêmico isolado, foram apresentados por estudos altamente técnicos da Abiquim e de parlamentares comprometidos com a neoindustrialização do Brasil.

A indústria química representa 11% do **PIB** industrial do país e é a terceira maior dentro da indústria de transformação. Mas enfrenta deficit comercial de US$ 48,7 bilhões (2024), agravado pela concorrência desleal de insumos importados baratos, especialmente dos Estados Unidos e da Ásia. Em escala global, vemos potências investindo com força em inovação e competitividade industrial. A China, por exemplo, elevou sua produção química em 9%, mesmo com crises globais, enquanto países como Rússia resistem com crescimento de 3% no setor químico mesmo em guerra. Isso nos mostra que o caminho não é recuar, é acelerar. O Presiq deve ser um passo decisivo nessa direção.

A indústria química brasileira aplaude a iniciativa do Congresso e deposita esperança na condução firme e na capacidade de negociação para a aprovação do projeto de lei. O tempo de agir é agora. Aprovar o Presiq significa decidir entre sermos reféns de variáveis externas ou assumirmos o prota-gonismo do desenvolvimento sustentável. Significa proteger nossas cadeias produtivas, valorizar nosso capital humano, preservar empregos qualificados e garantir soberania estratégica. Este é o momento de alinhar competitividade, inovação e sus-tentabilidade em uma política industrial robusta. Fortalecer a indústria química é fortalecer o Brasil.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/09/all.pdf

Comércio virtual de bebidas é suspenso

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, notificou, ontem, plataformas de comércio eletrônico, como Shopee, Enjoei, Mercado Livre, Amazon Brasil, Magazine Luiza, Casas Bahia, Americanas, Zé Delivery e Carrefour para suspenderem temporariamente a venda de bebidas destiladas até que revisem mecanismos internos de verificação de procedência.

A medida busca impedir a comercialização de produtos sem certificação, enquanto as empresas ajustam seus controles de prevenção e segurança. A decisão ocorreu um dia após reunião de representantes do setor de bebidas com o Ministério da Justiça, na terça-feira, para tratar da crise de intoxicação por metanol, que contabiliza casos graves em vários estados.

Durante o encontro, o setor propôs a criação de um certificado para que destilados vendidos em marketplaces tenham origem verificada, modelo semelhante ao adotado em bares e restaurantes físicos.

Dados atualizados

O Ministério da Saúde atualizou, ontem, o número de notificações relacionadas ao consumo de bebidas adulteradas com metanol. Foram registradas 259 ocorrências, sendo 24 casos confirmados, 235 em investigação e 145 descartados. Os estados com confirmações são São Paulo, com 20 casos, Paraná, com três, e Rio Grande do Sul, com um.

De acordo com a pasta, foram registrados, até o momento, cinco óbitos, todos em São Paulo, enquanto outros casos 11 fatais permanecem sob investigação, distribuídos por Mato Grosso do Sul, Pernambuco, São Paulo e Paraíba.

Entre os casos em apuração, a maioria está concentrada em São Paulo, com 181 registros, seguida por Pernambuco (24), Paraná (5), Rio de Janeiro (5), Rio Grande do Sul (4), Mato Grosso do Sul (4), Piauí (4), Espírito Santo (3), Goiás (2), Acre (1), Paraíba (1) e

Rondônia (1). A identificação rápida de ofertas suspeitas nas plataformas, com remoção imediata, é considerada essencial para reduzir riscos à saúde da população.

Ação coordenada

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) anunciou, ontem, que trabalhará junto ao governo federal contra a falsificação de bebidas.

Em nota, a entidade informou que vai integrar o grupo de trabalho criado pelo governo para o enfrentamento da crise do metanol e coordenar esforços públicos e privados.

A CNI participou, na terça-feira (7), da reunião com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com representantes do setor de bebidas e classificou como "acertada e prudente" a decisão do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de criar o Comitê de Enfrentamen-to da Crise do Metanol.

De acordo com a nota, as entidades manifestaram apoio às ações da pasta contra falsificação e adulteração de bebidas destiladas. Na avaliação da CNI, isso "garante a racionalização de ações em curso e a convergência de esforços públi-co-privados em torno de um Plano de Ação comum, substancial e pragmático".

"As organizações industriais são fontes confiáveis de informação para conscientizar consumidores e profissionais do setor de bebidas sobre a importância de reconhecer marcas autênticas e identificar sinais de adulteração", destacou a entidade.

O Comitê reúne órgãos ministeriais e entidades representativas do setor produtivo, como Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) e Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), com objetivo de planejar ações estruturadas, prevenir novos casos de intoxicação e reforçar a fiscalização do mercado.

A atuação conjunta deve promover controle mais eficaz sobre o comércio de destilados, assegurando que apenas fornecedores homologados comercializem produtos on-line.

Conforme dados da CNI, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), as atividades ilegais, como contrabando, pirataria, roubo de cargas e sonegação fiscal, geraram R$ 453,5 bilhões em prejuízos em 16 setores da economia brasileira em 2022. Esse valor é superior ao Produto Interno Bruto (**PIB**) de Santa

Catarina, e implica em perdas de R$ 136 bilhões em **impostos** e 370 mil empregos diretos não criados. Essas práticas fomentam crime organizado e competem de forma desleal com empresas legalmente constituídas.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

» Pena ampliada para fornecedores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n° 15.234, que amplia a pena para quem fornece, serve, vende ou entrega bebidas alcoólicas ou outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes.

A nova regra, que também é assinada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, foi publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU). Conforme o documento, a pena atual de detenção, que varia de 2 a 4 anos, passa a ser aumentada de um terço até a metade caso a substância seja efetivamente consumida por menores de 18 anos. Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê punição para a entrega desses produtos - independentemente do consumo. Com a mudança, o juiz pode ampliar a punição com base na intensidade do dano causado.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/09/all.pdf

Fintech é elo entre apuração sobre INSS e bet suspeita

VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA

Investigado por suspeita de participação no esquema de descontos ilegais em aposentadorias, o empresário Fernando Cavalcanti dirigiu uma fintech em parceria com Ernildo Junior, dono da Pixbet, a casa de apostas que patrocinava o Flamengo e se vinculou a políticos do Centrão na Paraíba.

O XBank Digital também teve em sua constituição o advogado Nelson Wilians, outro investigado pela Polícia Federal e pela CPI do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) por suspeita de envolvimento no caso dos débitos indevidos.

Procurados, Ernildo Junior e Nelson Wilians não comentaram.

Em nota, Cavalcanti disse não ter relação com a Pixbet e que o XBank foi um "negócio que não avançou". Ele prestou depoimento à CPI na segundafeira, mas não respondeu sobre sua relação com as "bets".

Nelson Wilians é ex-sócio de Cavalcanti e um dos advogados da Pixbet e de Ernildo Junior, que enfrentam uma investigação da PF na Paraíba. O caso tramita em segredo de Justiça e apura suspeita de evasão de divisas, operação irregular de instituição financeira e lavagem de dinheiro.

Criado em 2023, o XBank foi oficialmente dissolvido em junho deste ano. Os primeiros donos da empresa, Cléber Faria Fernandes e Sueli de Fátima Ferretti, são ligados a escritório de advocacia especializado em abertura e transferência de sociedades empresariais.

Fernandes e Sueli foram personagens de outra CPI, a da Covid, em 2021. Eles são donos de dezenas de CNPJs que a comissão dizia ser de "prateleira" - os cadastros são abertos e repassados para outras atividades econômicas. Os dois foram sócios de uma empresa cujo dono foi apontado como pivô de esquema de corrupção na compra de vacinas.

Ao Estadão, Fernandes afirmou que o escritório somente disponibiliza "empresas préoperacionais".

"Confirmamos que não temos nenhuma vinculação com as pessoas por você mencionadas." Procurada, Sueli não se manifestou.

CAPITAL SOCIAL. A fintech de Cavalcanti e Ernildo Junior se chamava originalmente L.P.G.S.P.E. Empreendimentos, quando Fernandes e Sueli eram os únicos sócios. Foi aberta em junho de 2023 com capital social de R$ 500. Em setembro daquele ano, Fernandes e Sueli renunciaram para que Ernildo Junior e Cavalcanti assumissem como diretores e elevassem o capital social para R$ 5 milhões. Os atos administrativos tiveram Nelson Wilians entre os "subscritores".

A empresa ganhou um escopo amplo, com 11 tipos de atividades.

De suporte técnico a serviços de informática até consultoria em gestão empresarial e serviços de cobrança.

Um ano depois de assumir o negócio, o grupo decidiu dissolver a empresa, em setembro de 2024. O encerramento só foi oficializado na Receita em 16 de junho deste ano.

PARAÍBA. Enquanto Cavalcanti é investigado por suposto envolvimento em fraudes no **INSS**, a Pixbet e Ernildo Junior são alvo da PF, na Paraíba. A suspeita é de que a empresa e seu dono integrem esquema de remessa ilegal de valores ao exterior e lavagem de dinheiro, usando o mercado de apostas online como fachada.

O inquérito policial é de 2022 e foi aberto depois que o Ministério Público Federal identificou um grupo de empresas atuando na comercialização de créditos de jogos online que eram recebidos no exterior em dólares, sem registro formal do câmbio.

A investigação identificou, ainda, uma empresa em nome da irmã e do sobrinho de Ernildo Junior que seria usada para "suprimir o pagamento de **tributos**" da Pixbet, "mascarar os negócios jurídicos" e "criar embaraços à eventual cobranças de natureza trabalhista".

Em nota enviada ao Estadão no dia 11 de setembro, Nelson Wilians, advogado da Pixbet, afirmou que "três anos após a abertura do inquérito, nenhum investigado foi indiciado ou intimado". "A Pixbet, licenciada e

autorizada a operar no País, reafirma a regularidade de suas operações e permanece à disposição para esclarecimentos", destacou.

No dia seguinte, endereços do advogado foram vasculhados em nova fase da Operação Sem Desconto, da PF. Nelson Wilians tem movimentações financeiras consideradas suspeitas com o empresário Maurício Camisotti, apontado como um dos principais beneficiários das fraudes no **INSS**. A ofensiva da PF também atingiu Cavalcanti, que foi alvo de buscas, em Brasília, e teve bens apreendidos.

"CRUZAMENTO". A Pixbet foi citada na última reunião da CPI do **INSS**. Um helicóptero de Nelson Wilians, avaliado em cerca de R$ 20 milhões, era cedido para a casa de apostas e chegou a voar com a logomarca da bet na cauda.

O senador Marcos Rogério (PL-RO) questionou se a aeronave seria, na verdade, de Cavalcanti.

"Vamos ter que fazer esse cruzamento, porque me parece estarem sendo juntadas duas coisas: o esquema de fraude aos aposentados e o esquema da jogatina, que usou de estruturas e escritórios para praticar a lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio." I

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governo avalia novo aumento do IOF para compensar MP

ALVARO GRIBEL MARIANA CARNEIRO

O governo avalia aumentar novamente as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como alternativa à derrota da Medida Provisória 1.303 ontem na Câmara dos Deputados. Segundo apurou o Estadão, a indicação foi dada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em conversas com parlamentares nesta semana. O IOF, contudo, compensaria apenas uma parte da MP, e medidas de contingenciamento de gastos também são vistas como inevitáveis, principalmente para 2026.

Procurado, o Ministério da Fazenda afirmou que "não há nada decidido" sobre a forma de compensação.

Na noite de ontem, depois da retirada da MP da pauta na Câmara, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que é "natural que o IOF volte à mesa como alternativa".

O governo aumentou alíquotas do IOF no final de maio, mas foi forçado a recuar em alguns pontos - o que obrigou o Executivo a editar a medida provisória com alternativas de arrecadação para compensar as perdas. Agora, com a derrota da MP, pontos da proposta inicial do IOF podem ser recuperados, segundo apurou a reportagem.

O projeto original previa R$ 40 bilhões de arrecadação extra com o IOF. Com as mudanças, a cifra caiu para R$ 27 bilhões. Agora, entre as alternativas sobre a mesa estão a recomposição de alíquotas de IOF para operações de câmbio, pessoas jurídicas e seguros.

Segundo o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimen-tos,juntas, essas medidas pode-riam render em torno de R$ 7 bilhões a mais ao Orçamento anual do governo, subindo o total para R$ 34 bilhões. "Outra opção do governo seria reapresen-tar medidas da MP, mas desta vez na forma de projeto de lei; por exemplo, com a limitação das compensações tributárias e as medidas de contenção de despesas, com o seguro-defeso e Atestmed", disse Sbardelotto.

A proposta original da MP, contudo, previa R$ 20 bilhões de aumento de arrecadação, com outros R$ 15 bilhões em redução de gastos. Ou seja: o IOF sozinho, não compensa toda a perda.

Para entender

Negociação se arrastou desde o fim de maio

22 de maio

O governo anuncia os Decretos 12.466 e 12.467, que ampliam alíquotas do IOF em operações de crédito, câmbio, seguro, investimentos etc. A estimativa de arrecadação é de R$ 61 bilhões em dois anos. Mas a reação negativa é imediata, com fortes críticas de parlamentares, do setor produtivo e dos agentes do mercado. Diante disso, no mesmo dia o governo comunica recuo parcial, com a desistência de tributação sobre aplicações em fundos de investimentos no exterior.

26 de maio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defende aumentar os **impostos** das bets para diminuir o impacto do aumento do IOF.

28 de maio

Frentes parlamentares do setor produtivo se mobilizam, e uma coalizão dessas frentes solicita formalmente que o Projeto de Decreto Legislativo 214/2025 (PDL 214) seja incluído na pauta para sustar os decretos do IOF.

11 de junho

Para compensar o recuo, o governo edita a Medida Provisória (MP) 1.303/2025 e o PDL 12.499/2025. A MP amplia **impostos** sobre investimentos antes isentos (caso de LCA e LCI) e outros ajustes. O decreto revisa os decretos anteriores do IOF, suavizando os aumentos, mas mantendo parte das elevações de alíquotas.

25 de junho

Câmara e Senado aprovam no mesmo dia o PDL 12.499, que susta os efeitos dos decretos presidenciais que aumentavam o IOF (12.466, 12.467 e 12.499).

26 de junho

O PDL 214/2025 se transforma em Decreto Legislativo 176, restabelecendo o Decreto 6.306/2007 (regulamentação anterior do IOF) e cancelando os decretos que aumentaram o

21 de agosto

Com IOF maior, arrecadação soma R$ 254,2 bilhões em julho, recorde para o mês.

22 de setembro

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, sinaliza que há um acordo para tributar LCIs e LCAs e isentar CRIs, CRAs e debêntures incentivadas.

24 de setembro

IOF.

1° de julho

O governo aciona o Supremo Tribunal Federal (STF), para tentar manter em vigor os decretos que aumentaram o IOF. A decisão foi do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após avaliação da Advocacia-Geral da União (AGU).

4 de julho

O relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), apresenta MP alternativa ao IOF com taxação menor para as LCAs.

2 de outubro

Relator da MP alternativa ao IOF retoma isenção de LCIs e LCAs em busca de acordo.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspende os efeitos de todos os decretos que tratam do IOF e determina audiência de conciliação entre governo e Congresso, no dia 15 de julho.

15 de julho

Reunião de conciliação entre governo e Congresso no STF termina sem acordo. Decisão fica a cargo de Moraes, que valida decreto do governo.

22 de julho

A MP 1.303 é prorrogada até 8 de outubro.

7 de outubro

Governo desiste de elevar tributação das bets para tentar salvar MP que garante quase R$ 20 bilhões extras em 2026.

7 de outubro

Comissão aprova MP alternativa ao IOF com tributação de 18% sobre investimentos, após recuo em bets.

8 de outubro

Relator diz não haver mais concessão a ser feita na MP: "Agora é no plenário", disse o deputado Carlos Zarattini. A MP nem sequer foi votada.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

ONGs relatam aumento de 700% de desnutrição infantil

Entidade alerta que situação afeta cada vez mais mulheres grávidas e que 85% delas correm risco de sofrer complicações

As ONGs Médicos do Mundo e Ação contra a Fome alertaram ontem sobre a situação dramática na Faixa de Gaza, onde, segundo as entidades, as condições sanitárias são catastróficas e a desnutrição infantil aumentou drasticamente após dois anos de guerra entre Israel e o grupo extremista Hamas.

"Em julho, as equipes de Ação contra a Fome documentaram um aumento de 700% nos casos de desnutrição infantil desde outubro de 2023", escreveu a Ação contra a Fome em um **comunicado**. "Vi um menino de 7 anos que pesava apenas 6,5kg", declarou o diretor de operações da ONG, Vincent Stehli, que voltou recentemente de Gaza.

A ONU declarou crise de fome em uma parte desse território palestino devido ao contínuo bloqueio israelense à entrada de ajuda humanitária no enclave, atenuado devido a fortes pressões internacionais, mas não totalmente levantado. Um painel de investigadores independentes da organização concluiu recentemente que Israel está cometendo genocídio em Gaza, acusações que as autoridades israelenses rechaçam.

Por sua vez, em um estudo publicado ontem, a Médicos do Mundo (MdM) denunciou "os obstáculos sistemáticos **impostos**", segundo a organização, "pelo governo israelense ao acesso das mulheres e das crianças à atenção sanitária sexual e reprodutiva em Gaza".

A ONG informou que 36% das 22.747 consultas de saúde sexual e reprodutiva realizadas nos centros de saúde da MdM em Gaza entre maio de 2024 e agosto de 2025 se referiam a "infecções genitais relacionadas à falta de água e de higiene", acrescentou.

Ã MdM afirmou também que suas equipes observam uma desnutrição que afeta cada vez mais as mulheres grávidas e que 85% delas "correm o risco de sofrer complicações durante a gravidez".

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Câmara impõe derrota ao governo e arquiva MP

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória (MP) 1.303, com alternativas à elevação do IOF. Na prática, a ação impede a votação do texto, que precisaria ser apreciado pela Casa Baixa e pelo Senado até 23h59 para não perder a validade.

Segundo apurou o Broadcast Político, bancadas contrárias à MP decidiram fazer um acordo para retirar a matéria da pauta, para evitar a exposição de derrubar o mérito. Foram 251 votos a favor da retirada de pauta, e 193 contrários.

O governo contava com os recursos da MP para fechar o orçamento de 2026. Originalmente, a expectativa era arrecadar R$ 20,87 bilhões no ano que vem. Anteontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o texto poderia gerar uma arrecadação de "mais de R$ 17 bilhões", após mudanças no texto.

Mais cedo, Haddad afirmou que "voltaria à mesa" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caso a MP fosse rejeitada, com novas opções. Segundo o ministro, o governo vai continuar perseguindo os mesmos objetivos, inclusive a meta fiscal - que, no ano que vem, é de um superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse ontem que, se a MP não fosse aprovada, haveria um corte linear no orçamento, atingindo a todos os setores, inclusive as emendas parlamentares.

Ele afirmou que o governo teria alternativas para fechar o orçamento mesmo sem o texto.

Parlamentares alinhados ao governo criticaram o que consideraram uma quebra de acordo no processo da MP. O relator, Carlos Zarattini (PT- -SP), disse ontem à tarde que o acordo em torno do seu relatório foi "sabotado." Ele chegou a voltar atrás na tributação de títulos incentivados, como LCA e LCI, e no aumento dos **impostos** sobre bets.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), e outros parlamentares petistas acusaram o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de atuar contra a MP, de olho nas eleições de 2026.

As bancadas do União Brasil, PP e Republicanos, que reúnem 154 deputados, tinham fechado questão contra a matéria.

O PSD, com 45 deputados, não fechou questão, mas definiu orientação contrária à MP.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a decisão da Câmara dos Deputados contra a medida provisória com compensações ao recuo do aumento do IOF "não é uma derrota imposta ao governo, mas ao povo brasileiro".

"A decisão da Câmara de derrubar a medida provisória que corrigia injustiças no sistema tributário não é uma derrota imposta ao governo, mas ao povo brasileiro. Essa medida reduzia distorções ao cobrar a parte justa de quem ganha e lucra mais. Dos mais ricos", disse o presidente, em publicação no X logo após a decisão da Câmara.

Site: https://oliberaldigital.grupoliberal.com

Lula sanciona ampliação da tarifa social de energia elétrica

Raquel Lopes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta quarta-feira (8) a MP (medida provisória) que institui a tarifa social de energia elétrica. O benefício é uma das apostas do governo para melhorar a popularidade do presidente, que concorrerá à reeleição no ano que vem.

A tarifa social é um programa criado para reduzir o custo da conta de luz de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com gratuidade total para as que consomem até 80 kWh (quilowatt-ho-ra) por mês. Isso significa que milhões de pessoas podem ter sua conta de energia zerada até esse patamar de consumo.

Participaram do evento, que aconteceu nesta quarta-feira (8) no Palácio do Planalto, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e GleisiHoffman (Relações Institucionais).

O texto foi aprovado no dia 17 de setembro na Câmara e no Senado. Na ocasião, integrantes da oposição criticaram a medida por causa de seu custo para os consumidores de energia que não são beneficiados pelo programa.

Hoje, a tarifa social atende famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único) com renda de até meio salário mínimo por pessoa, além de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), comunidades indígenas e quilombolas.

Já famílias com renda entre meio salário mínimo e um salário mínimo por pessoa e consumo de até 120 kWh/mês passam a ter isenção de parte dos encargos, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Desde julho de 2025, beneficiários já têm acesso à isenção até 80 kWh/mês. O benefício é automático para quem está no Cadastro Único e não exige solicitação às distribuidoras. Mesmo com a gratuidade, porém, ainda permanecem cobranças como iluminação pública e **impostos** estaduais ou municipais.

O texto estabelece ainda que as receitas das usinas de Angra 1 e 2 serão rateadas entre os usuários do Sistema Interligado Nacional, exceto entre os consumidores da subclas-se residencial baixa renda, de forma proporcional ao consumo individual e mediante um adicional tarifário, estabelecido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A MP gerou disputa política desde em que foi apresentada por Lula em maio deste ano. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), atuaram, inclusive, para esvaziar a medida e evitar que o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) ficasse com o pro-tagonismo da proposta.

Essa iniciativa tinha como pano de fundo a briga entre a cúpula do Senado com o ministro Silveira. O ministro foi indicado pelo ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e por Alcolumbre, mas rompeu com ambos ao não atender pedidos deles para indicações em agências reguladoras e projetos da área.

Site:
https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3261#book

Rejeição de MP dos impostos causará bloqueio em 2025

Idiana Tomazelli

A rejeição da MP (medida provisória) de aumento dos **impostos** pela Câmara dos Deputados deve causar um bloqueio nas despesas de 2025, incluindo emendas parlamentares, e abrir um impasse de R$ 35 bilhões no PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2026, ano eleitoral.

O texto original previa não só um incremento nas receitas, mas também uma redução em despesas obrigatórias, medida crucial para fechar a proposta de Orçamento do ano que vem dentro da meta fiscal e respeitando o limite de gastos do arcabouço fiscal. Nesta quarta-feira (8), prazo final para apreciar a medida, os deputados aprovaram sua retirada de pauta, o que na prática enterra a proposta de vez.

Sem a vigência da MP, os parlamentares terão que revisar as projeções do PLOA. Segundo técnicos do gover-

no, ainda que deputados e senadores inflem artificialmente a arrecadação para empurrar o problema para 2026, o ajuste na despesa, da ordem de R$ 15 bilhões, será inescapável.

A MP previa um aumento de R$ 20,9 bilhões na arrecadação em 2026 a partir da taxação de títulos hoje isentos e da ampliação dos **tributos** sobre fintechs e casas de apostas (bets) -esta última foi retirada do texto pelo relator, o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP)

Além disso, o governo esperava uma economia de cerca de R$ 15 bilhões nas despesas no ano que vem ao endurecer regras do seguro-defeso (benefício pago a pescadores arte-sanais no período em que a atividade é proibida), limitar a concessão de au-xílio-doença por meio de atestado médico (sem perícia presencial) e incluir o Pé-de-Meia (que paga bolsas de incentivo à permanência de alunos no ensino médio) no piso constitucional da educação.

Site:
https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3261#book

Câmara deixa MP com alta de tributos caducar

Em derrota para o governo Lula, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o pedido de retirada da pauta de votação da Medida Provisória (MP) 1.303, que taxaria rendimentos de aplicações financeiras e apostas esportivas

e compensaria a revogação de decreto que previa aumento do IOF. A alta do IOF já havia provocado forte resistência. A MP precisava ser aprovada até ontem para não perder a eficácia. Com a retirada da pauta, o texto caducou. Foram 251 votos favoráveis e 193 contrários ao pedido, apresentado pela oposição e que teve apoio expressivo do centrão.

A versão original da MP propunha a taxação de bilionários, bancos e bets como forma de elevar a arrecadação. O projeto original previa R$ 40 bilhões de receita com o IOF. Com as mudanças, caiu para R$ 27 bilhões. Agora, o governo prevê rombo de R$ 42 bilhões. A proposta de orçamento de 2026 tem meta de superávit de R$ 34,3 bilhões.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que "voltaria à mesa" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caso a MP fosse rejeitada, com novas opções. Segundo o ministro, o governo vai continuai" perseguindo os mesmos objetivos, inclusive a meta fiscal - que no ano que vem é de superávit primário de 0,25% do **PIB**.

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), disse que, se a MP não fosse aprovada, haveria corte linear no orçamento, atingindo inclusive as emendas parlamentares. Ele afirmou que o governo teria alternativas para fechai" o orçamento sem o texto.

Haddad diz que ainda não há decisão sobre a forma de recomposição

Agora, entre as alternativas sobre a mesa estão a recomposição de alíquotas de IOF para operações de câmbio, pessoas jurídicas e seguros. Procurado, o Ministério da Fazenda afirmou que "não há nada decidido" sobre a forma de compensação. Ontem à noite, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que é "natural que o IOF volte à mesa como alternativa".

O relator, Carlos Zarattini (PT-SP), disse que o acordo em torno do seu relatório foi "sabotado." Ele chegou a voltar atrás na tributação de títulos incentivados, como LCA e LCI, e no aumento dos **impostos** sobre bets.

Com olhar nas eleições

O líder do PT na Câmara, Lin-dbergh Farias (RJ), e outros parlamentares petistas acusaram o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de atuar contra a MP, de olho nas eleições de 2026. O movimento teria sido encabeçado pelos presidentes do PP, Ciro Nogueira, do União Brasil, Antonio Rueda, e Tarcísio, que buscariam antecipar o debate eleitoral do próximo ano.

As bancadas de União Brasil, PP e Republicanos, que reúnem 154 deputados, tinham fechado questão contra a matéria. O PSD, com 45 cadeiras, não fechou questão, mas definiu orientação contrária à MP.

Antes da votação do requerimento, Lula classificou como "bobagem" vincular a votação da MP com a disputa eleitoral em 2026:

- Se alguém quer misturai* isso com eleição, sinceramente só posso dizer que é uma pobreza de espírito extraordinária.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da comissão mista que analisou a MP, criticou a decisão da Câmara:

- É ruim porque afeta as contas públicas. É lamentável

_

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/

A parte visível, nua e crua da nossa crise econômica

Há quem diga que Calcutá é aqui. E não sem razão. De acordo com o Observatório da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o número de pessoas em situação de rua no Brasil dobrou em pouco menos de dois anos, passando de 160 mil para 345 mil em 2025. Temos agora nessa condição uma população maior do que muitas cidades brasileiras, numa clara demonstração de que o empobrecimento de uma parcela significativa dos brasileiros segue aumentando perigosamente.

Sobretudo para aqueles que habitam nas grandes capitais do país, é cada vez mais visível e preocupante o número de pessoas pedindo esmolas ou vivendo de pequenos bicos. Essa percepção é um forte indicador, maior até do que qualquer estatística, de que estamos, mais uma vez, num rápido processo de empobrecimento geral, onde nem mesmo a classe média parece escapar. Some-se a esse fator observável o fato de que há, nas principais ruas de comércio do país, um número assustador de estabelecimentos varejistas fechando as portas.

Crise econômica, **inflação** e mesmo deficit habitacional têm se somado para expulsar as pessoas de suas casas. A crise urbana é o lado escuro de uma realidade que nenhuma propaganda do governo consegue esconder. A miséria salta aos olhos. Nas calçadas, nas praças, nos viadutos e nas ocupações improvisadas, vive uma população em carne e osso cuja realidade fere qualquer discurso oficial: são centenas de milhares de brasileiros que perderam o teto, a dignidade, a segurança mínima para existir.

A partir desses rastros visuais tanto quanto dos números frios, revela-se uma crise social tão concreta quanto cruel, cujo agravamento recente expõe falhas sistêmicas, indecisões e omissões do governo federal. Diversos perfis dessa população denunciam escancaradamente desigualdades estruturais: cerca de 85% são homens, 70% são pessoas negras, quase 10 mil são menores de 17 anos e mais de 30 mil, idosos, segundo levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua.

Mas essas pessoas são apenas a ponta visível de um iceberg ainda maior. O rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada tem apresentado recordes em algumas frentes, embora isso não signifique necessariamente que esse rendimento seja suficiente para suprir necessidades básicas. Esse quadro melhorado em parte do emprego formal contrasta violentamente com a violência da **inflação**, os elevados juros, o alto custo de vida, a informalidade persistente ou crescente e, sobretudo, com a incapacidade de muitas famílias da chamada "classe média baixa" de manter padrões de vida razoáveis.

Outro dado que denuncia o empobrecimento coletivo: o varejo, termômetro das economias domésticas, demonstra fragilidade crônica. Um levantamento da empresa de inteligência geográfica Cortex mostra que, entre janeiro de 2014 até agosto de 2024, foram abertas 11,6 milhões de lojas, mas 7 milhões fecharam nesse mesmo período. Ou seja: para cada 10 estabelecimentos novos, quase seis fecham as portas num prazo que, em muitos casos, é curto demais para recuperar o investimento. Isso significa não apenas perda de empregos diretos e indiretos, mas uma deterioração da oferta econômica local, fechamento de comércio de rua, perda de renda para comerciantes menores, deterioração urbana. É também sinal de insegurança de investimentos, de crédito caro ou inacessível, de custos fixos que vencem receitas espremidas pela **inflação** ou pela queda no poder de compra.

O que os números não contam apenas em estatísticas, contam nas ruas: um país que convive de novo com pobreza visível, com pessoas pedindo esmolas, com crianças dormindo sob marquises, com famílias que perdem a casa ou cedem espaço de moradia para dívidas ou para priorizar alimentação. O pior é que, ao longo dos últimos anos, o governo repetiu erros que agravam a crise. É o caso das políticas de controle inflacionário que penalizam os pobres, como juros altos, tarifas energéticas ou congelamentos mal-calibrados.

Além disso, há a descontinuidade ou a lentidão na execução de programas sociais prometidos: demora em construir, reformar, entregar apoio direto ou habitação. Também a estrutura tributária desigual e os custos de vida crescentes (energia, transporte, alimentos) que corroem qualquer ganho de renda formal. Por fim, o foco excessivo em indicadores de emprego e formalização, sem assegurar qualidade de vida, proteção social, moradia, acesso à saúde,

educação e segurança alimentar.

Reformas consideradas estruturais em tributação, habitação, assistência social, acesso ao crédito não são luxo, são urgência. Caso contrário, veremos um país "com rosto de Calcutá" se expandir para além dos centros urbanos, em cada esquina, em cada vitrine fechada. Este é o momento de responsabilidade: ou se muda o curso com coragem, ou aceitaremos que a miséria se torne rotina também para muitos que ainda hoje creem estar fora dela.

A frase que foi pronunciada:

"A pobreza não é um apelo a uma ação generosa de socorro, mas uma demanda para que mudemos as estruturas da sociedade que tornam os pobres mais pobres"!

Sem autor, na internet

História de Brasília

A coluna atrás da Igrejinha N. S. de Fátima está com esta inscrição feita apressadamente: "Padre, não. Comunista, sim." Obra de desocupado, de quem não tem o que fazer. (Publicada em 10/5/1962)

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
A parte visível, nua e crua da nossa crise econômica

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/09/all.pdf

"A maior vulnerabilidade da economia do País é fiscal"

A maior vulnerabilidade da economia brasileira é a fiscal, diz o eco-nomista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto. E um ajuste em 2027, segundo ele, é inevitável. "O País hoje está posicionado de forma que, se nada fizer, a política fiscal é completamente insustentável no tempo", diz. Embora a atividade aquecida gere arrecadação, o gasto é muito forte. "O Brasil tem de ser muito mais ambicioso na consolidação fiscal", afirma.

Em sua visão, a atividade desacelera, porém tem sintomas de superaquecimento e precisa de um equilíbrio melhor entre demanda doméstica e crescimento potencial para que a **inflação** possa convergir à meta. "Não dá para contar com a apreciação do câmbio para sempre", diz o economista, que acaba de reduzir para 4,6% a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) em 2025, mencionando também o preço de commodi-ties mais baixo.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o senhor vê o rumo da política monetária?

O cenário inflacionário vem melhorando. O suficiente? Não. Mas o processo de reancora-gem das expectativas, induzido por uma **inflação** corrente mais baixa, deve continuar e abrir espaço para um ciclo gradual de corte de juros a partir de janeiro. A reancoragem pode ser potencializada pela desaceleração econômica e pelo ganho de credibilidade do Banco Central.

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, ganhou credibilidade?

Credibilidade não é um cenário binário: de ganhou ou perdeu. É contínuo. O BC vem ganhando credibilidade desde o começo do ano, mas ainda não é plena, quando todo mundo acredita no que o BC diz que vai fazer. Nenhuma das expectativas de **inflação** de longo prazo está em 3%. O ganho de credibilidade deve continuar até o final do ano se o BC mantiver juro parado em 15%.

O Copom começará 2026 com uma diretoria totalmente indicada pelo presidente Lula. Isso pode gerar algum impacto em termos de credibilidade?

O risco existe, mas o BC faz um trabalho de harmonização do discurso dos diretores que é importante, mostrando que a desancoragem das expectativas é claramente um desconforto de todo o colegiado. Não incorporamos no nosso cenário que essa mudança na diretoria implicará alteração na percepção de credibilidade. Se isso acontecer, o risco é uma política ainda mais dura.

Há risco de o BC errar ao manter o juro tão alto por muito tempo e provocar um efeito colateral na atividade?

Vou fazer uma associação com o câmbio. Se ele apreciar, é um fator para jogar a **inflação** para baixo - de forma temporária. O câmbio apreciou a R$ 5,30, mas, se permanecer em R$ 5,30 nos próximos 12 meses, o efeito benéfico sobre a **inflação** se dissipa. Ou seja, a deflação de alimentos vai se dissipar. E a **inflação** volta a orbitar na sua tendência anterior, que em geral vai estar mais atrelada à **inflação** de serviços, que não para de subir. Alguns componentes de serviços já estão em 7%, e isso está intrin-secamente relacionado ao mercado de trabalho. O Brasil hoje tem todos os sintomas de uma economia superaquecida.

Pode detalhar esses sintomas?

O Brasil está com uma **inflação** superior à meta, principalmente em non-tradables (bens não co-mercializáveis). Cresceu nos últimos quatro anos bem acima do considerado potencial, acima de 3%. Trouxe a taxa de desemprego à mínima histórica, a 5,6%, com o salário subindo próximo de 9%, indicando que estamos próximos do pleno emprego - se é que já não estamos. Um quarto sintoma é o déficit em conta corrente, que não para de crescer, principalmente pela queda do saldo comercial derivada de um aumento da importação. O BC precisa colocar o crescimento econômico em uma trajetória mais balanceada em relação ao crescimento potencial de médio e longo prazos para a **inflação** convergir à meta. Não dá para contar com a apreciação do câmbio para sempre.

Voltando ao superaquecimento da economia, isso não geraria um resultado fiscal melhor?

Numa economia superaqueci-da, há resultados fiscais muito mais sólidos, porque a arrecadação, em geral, é

bem mais sensível ao ciclo econômico do que o gasto público. Mas continuamos gerando déficit fiscal. E não é porque a arrecadação não está forte. Ela cresce numa velocidade muito forte. É porque o gasto é muito forte também. A maior vulnerabilidade da economia brasileira é a fiscal. O País hoje está posicionado de forma que, se nada fizer, a política fiscal é completamente insustentável no tempo.

Qual sua avaliação sobre a proposta de limitar o teto da dívida em 80% do **PIB**?

Quando uma criança tem febre, não é quebrando o termômetro que se resolve. É preciso tratar da natureza do problema. Uma medida como essa pode agravar a situação, gerando um problema de financiamento de curto prazo. A solução é endereçar o problema fiscal na sua natureza, que é a velocidade incompatível de crescimento do gasto público e/ou uma discussão de aumento de carga tributária para colocar o resultado primário no terreno positivo, potencialmente acima de 2%. *

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Pejotização: um tema de hoje e do futuro (Artigo)

José Serra

O tema da "pejotização" frequenta as discussões da política e dos tribunais há alguns anos e o dissenso parece crescente. O futuro dos direitos, das relações de trabalho, da Previdência e até da eficiência da economia brasileira está em jogo. Os aspectos que mostro na sequência não têm o objetivo de defender uma posição.

Espero jogar mais luz sobre o problema e mostrar aspectos da articulação com a economia que vão muito além da relação comercial ou trabalhista em si.

O Brasil construiu, desde os anos 60, sua estrutura previdenciária sobre a folha salarial.

Era uma saída correta, o mundo do século passado estava assentado num formato produtivo calcado em relações de trabalho baseadas no assalariamento. No Brasil, essa realidade era ainda mais forte, dada a Consolidação das Leis do Trabalho e a Justiça do Trabalho, elementos constitutivos de uma espécie de pax social.

A parcela mais importante do financiamento da **Previdência Social** sempre foi a contribuição do empregador e isso não era um elemento nocivo quando todas as empresas e setores tinham folhas salariais expressivas. Mas a tecnologia mudou e as empresas mudaram. Muitos setores, no mundo e no Brasil, já são muito pouco dependentes de mão de obra na produção. Assim, restou a alguns poucos setores a tarefa de financiar os gastos crescentes da Previdência.

Essa situação fica mais dramática pela concorrência externa.

Seja para exportar, seja para concorrer com bens importados no mercado interno, as empresas com produção em realização no Brasil têm de ajustar-se a uma imensa disparidade tributária. Os produtores externos, nem de longe, têm o peso da Previdência em sua estrutura de custos.

A pejotização é, em parte, uma resposta direta ao peso dos encargos sociais que incidem sobre a folha das empresas brasileiras.

Embora isso seja verdade, é preciso separar o joio do trigo.

A tese que sustenta que os custos derivados da legislação trabalhista são exorbitantes é falaciosa. O empregado formal implica em FGTS, férias, 13.º salário e alguns outros benefícios, mas esses são custos do trabalho, que a empresa pode administrar na relação de contratação.

Vale frisar que temos uma distorção de caráter macro que impacta decisões microeconômicas: insistir em fazer a folha salarial ser a base do financiamento do sistema previdenciário é um erro que custará caro ao País.

É necessário, no entanto, olhar as mudanças no mundo real da produção e nas relações de trabalho. O avanço da tecnologia produziu um quadro empresarial que nada tem a ver com o vivido 50 anos atrás. Bens e serviços têm ciclos de vida muito mais curtos e demandam organização da produção flexível, seja nos negócios entre empresas, seja nas relações de trabalho. Acabou o tempo de produzir a mesma coisa por vários anos com os mesmos trabalhadores. Essa é uma forma de ganhar eficiência que se espraiou pelo mundo. Impedir que seja usada no Brasil será um caminho para a estagnação.

Se o mundo do capital mudou, o mundo do trabalho sofreu uma revolução muito mais forte. O assalariamento não tem o mesmo valor que tinha antes. Relações de trabalho mais flexíveis, com menos poder da chefia, são desejadas pelas novas gerações. Em todas as áreas relativas à informática e às comunicações, por exemplo, o trabalho é muito mais calcado em projetos de prazo definido e envolve qualificações profissionais específicas que envolvem uma dinâmica bem distinta da que é possível gerir pelos marcos da CLT.

Não há dúvida que, em muitas situações, por exigência do contratante, um posto de trabalho formalmente assalariado pode se transformar num contrato da empresa com uma pessoa jurídica em que o ex-assalariado é o único trabalhador. Mas temos que notar que muitas vezes a decisão é do próprio trabalhador que não deseja mais a forma de trabalho sob hierarquia e intenciona ter a liberdade de vender seus conhecimentos a outro.

Para complicar ainda mais a questão, temos o início da transição no campo tributário.

Os novos IBS/CBS serão calculados pelo diferencial entre todas as vendas e todos os gastos para produzir bens e serviços. Apenas lucros e salários não serão contabilizados para gerar o crédito que será abatido dos débitos na apuração do tributo a pagar. É evidente que as empresas estenderão o limite do risco jurídico ao extremo para transformar atuais assalariados (que não geram crédito tributário) em pessoas jurídicas que geram créditos.

Em última análise, de um lado, o fenômeno revela uma distorção estrutural: o Estado cria incentivos para que o próprio mercado fuja do emprego formal. Em vez de ser um ato isolado de precarização, a pejotização é o sintoma de um sistema que penaliza quem contrata e dificulta a geração de postos formais. De outro, o mundo da produção e do trabalho mudou e isso tem de ser enfrentado pelas instituições.

A rearticulação das políticas de proteção ao trabalho e à Previdência é urgente. E não devemos deixar o encargo disso apenas ao Judiciário.

ECONOMISTA

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Encontro com Trump dá força a Lula e rejeição à anistia cresce, diz Quaest

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO GEOVANI BUCCI

Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem mostrou que a maioria dos brasileiros considera que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu fortalecido politicamente após o encontro com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em setembro.

O levantamento foi realizado antes da conversa entre os dois líderes, ocorrida na última segunda-feira.

Para 49% dos entrevistados, Lula ganhou força após a aproximação com Trump. Outros 27% avaliaram que o presidente brasileiro ficou "mais fraco", enquanto 10% disseram que a situação se mantém inalterada.

Não souberam ou não responderam foram 14%.

A percepção de fortalecimento é predominante entre lulistas (78%) e eleitores que se declaram de esquerda (75%), enquanto a de enfraquecimento é maior entre bolsonaristas (51%) e pessoas que se identificam com a direita (48%). Entre os que afirmam não terem um posicionamento, 44% disseram que Lula saiu mais forte e 25%, mais fraco.

A maioria também disse acreditar que Lula e Trump vão "se dar bem" ao iniciarem uma relação mais próxima, opinião de 51% dos entrevistados.

Outros 36% avaliaram que os dois não terão boa relação, enquanto 13% não souberam ou não responderam. Além disso, 65% disseram que o presidente brasileiro deve adotar uma postura amigável em relação ao mandatário americano. Outros 25% defenderam posição "mais dura" por parte do petista diante de Trump.

GOLPE. Também conforme a pesquisa, a rejeição à anistia a condenados por investidas golpistas aumentou em relação ao levantamento anterior. Em setembro, 41% eram contra qualquer tipo de anistia; agora, são 47%. Defendem um perdão geral, incluindo ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 35% dos entrevistados, ante 36% em setembro. E agora são 8% os que se declararam a favor de uma anistia limitada aos radicais do 8 de Janeiro, ante 10% da pesquisa anterior.

A desaprovação também alcança o projeto de lei em discussão no Congresso que prevê reduzir as penas impostas aos condenados. De acordo com a pesquisa, 52% são contra e 37% são a favor.

GOVERNO. A aprovação do governo Lula, ainda segundo a pesquisa, registrou o melhor patamar desde janeiro, quando houve a crise do Pix, seguida do escândalo do **INSS** e do tarifaço americano. A gestão é aprovada por 48% e desaprovada por 49%. Ambos os porcentuais oscilaram no limite da margem de erro, de dois pontos porcentuais. A aprovação em setembro era de 46% e a desaprovação, de 51%. Em janeiro, os índices eram de 47% e 49%, respectivamente.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Senado deve barrar "contrarreforma" da Previdência (Editorial)

Não tem cabimento a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada na Câmara com mudanças nas regras de Previdência para agentes comunitários de saúde e combate a endemias. Ela prevê aposentadoria integral (pelo último salário) e paritária (com reajuste igual ao dos servidores da ativa) a esses profissionais, ressuscitando normas extintas na administração pública pela reforma da Previdência de 2003, durante o primeiro governo Lula. As regras passariam também a valer para agentes indígenas de saúde e saneamento. O texto proíbe contratações temporárias ou terceirizadas, a não ser em situações de emergência sanitária.

E incontornável o impacto de uma medida dessa natureza no crescente déficit previdenciário e nas contas públicas. O relator da PEC, deputado Antonio Brito (PSD-BA), avaliou o custo em R$ 1 bilhão por ano. Técnicos do Congresso, porém, estimaram um total de R$ 11 bilhões em três anos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vai além e fala em acréscimo de R$ 21,2 bilhões ao longo dos próximos anos nas despesas da Previdência dos municípios se as mudanças forem aprovadas. A entidade defende que o governo federal assuma o ônus, empurrando mais essa conta para Brasília. Hoje, nos 2,1 mil municípios com regime próprio de Previdência, as aposentadorias são pagas pelos sistemas locais. Nos outros 3,4 mil, o custo recai sobre o já sobrecarregado **INSS**.

Na prática, a PEC faz jus ao apelido que ganhou: "contrarreforma" da Previdência. Ela recua em boa parte das exigências estipuladas na reforma de 2019 para equiparar os regimes dos setores público e privado. De acordo com a proposta, a aposentadoria passaria a ser concedida com menor tempo de contribuição e menor idade mínima, havendo uma regra de transição em benefício de quem já está na ativa.

Não se questiona o trabalho louvável dos agentes de saúde Brasil afora, especialmente durante as epidemias que assolam o país. Mas não faz nenhum sentido criar regras especiais para a categoria. Primeiro, eles não são os únicos em atividades relevantes para a sociedade. Segundo, a aprovação dessa aberração abriria precedente para que um sem-número de categorias reivindicasse o mesmo tratamento, cada uma com um argumento plausível para sensibilizar os parlamentares. Terceiro, é um absurdo aprovar uma reforma da Previdência com o objetivo de unificar regras para, pouco tempo depois, começar a abrir exceções e o caminho ao retrocesso.

A PEC impõe alto custo a um governo que não sabe de onde tirar recursos para pagar os compromissos do dia a dia e tapar os rombos no Orçamento. Os efeitos da última reforma se esgotaram, e as contas da Previdência já apontam a necessidade de mudanças que reduzam o déficit - não que o ampliem como faz a PEC. No fim, a conta do desatino sobrará para o governo federal, hoje às voltas com uma crise fiscal gravíssima. Impressiona que tal proposta tenha sido aprovada em dois turnos na Câmara por ampla maioria. O Senado, que analisará o tema, tem obrigação de mostrar senso de responsabilidade e barrá-la. Os parlamentares deveriam ser os primeiros a defender regras que valham para todos, em vez de criar exceções que afrontam o princípio constitucional segundo o qual todos são iguais perante a lei.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Fraudes no INSS: PF deflagra nova fase de operação em oito estados

Paula Laboissière - Repórter da Agência Brasil

A Polícia Federal (PF) deflagra nesta quinta-feira (9) uma nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A ação tem o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU).

Em nota, a corporação informou que estão sendo cumpridos 66 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos seguintes estados: São Paulo, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia, além do Distrito Federal.

"A ação de hoje tem o objetivo de aprofundar as investigações e esclarecer a prática de crimes como inserção de dados falsos em sistemas oficiais, constituição de organização criminosa e atos de ocultação e dilapidação patrimonial", informou a PF no **comunicado**.

Clique aqui e leia mais sobre a Operação sem Desconto .

Entenda

Em abril, a PF e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a Operação Sem Desconto com objetivo de combater um esquema de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

O escândalo também motivou a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Investigação para investigar o caso.

O cálculo é que entidades investigadas tenham descontado de aposentados e pensionistas cerca de R$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. À época, pelo menos seis **servidores públicos** foram afastados de suas funções.

À época, a PF informou que as investigações identificaram a existência de irregularidades relacionadas aos descontos de mensalidades associativas aplicados sobre benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões, concedidos pelo **INSS**.

Site: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-10/fraudes-no-inss-pf-deflagra-nova-fase-de-operacao-em-oito-estados

Genial/Quaest: Lula sustenta vantagem e venceria todos os candidatos em 2º turno

Laura Intrieri

O presidente Lula (PT) sustenta vantagem sobre adversários e continuaria a vencer em todos os cenários de segundo turno testados para as eleições presidenciais de 2026 em nova pesquisa Genial/Quaest.

O levantamento indica estabilidade na recuperação da imagem do governo, em meio a rachas na direita e à adesão popular a pautas como a reforma do Imposto de Renda e a rejeição à anistia a Jair Bolsonaro (PL) e à PEC da Blindagem.

Após um início de 2025 marcado por crises de popularidade, como a taxação do Pix e os descontos indevidos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o Planalto tenta capitalizar o discurso de soberania nacional, associar a família Bolsonaro à crise do tarifaço de Donald Trump e reforçar a imagem de Lula como aliado das classes mais pobres.

Foram realizadas 2.004 entrevistas presenciais com eleitores em 120 municípios, entre os dias 2 e 5 de outubro.

Em simulações de segundo turno, Lula tem 45% das intenções de voto contra 33% de Tarcísio de Freitas (Republicanos). Em rodada anterior da pesquisa, realizada em setembro, o governador de São Paulo mantinha 35% contra o presidente, que marcava 43%. A diferença numérica foi de 8 para 12 pontos.

Contra Ciro Gomes (PDT), o petista marca 41% ante 32% do ex-ministro. Frente a Ratinho Jr . (PSD), governador do Paraná, Lula soma 44% e o adversário, 31%. Já ante Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, o placar é de 47% a 32%.

Com Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás, o resultado é 46% a 31%. Já contra Eduardo Leite (PSD), do Rio Grande do Sul, 45% a 22%.

Ensaiada dois meses atrás, a iniciativa de governadores de direita em busca de unidade contra a gestão Lula perdeu fôlego diante de rachas no segmento e da relutância de Bolsonaro em indicar um sucessor para 2026.

São exemplos a recente troca de ataques envolvendo Caiado e o senador e presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), além da resistência de ministros de ambos os partidos de deixarem o governo Lula com o desembarque da federação formada pelas duas legendas.

Bolsonaro, inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no caso da trama golpista de 2022, aparece com 36% na simulação de segundo turno, enquanto Lula venceria com 46%.

Em cenário com Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o petista tem 46% contra 31% do deputado. Com Michelle Bolsonaro (PL), Lula tem 46% contra 34% da ex-primeira-dama.

O apoio à candidatura de Bolsonaro manteve o patamar após queda depois de o ex-presidente ser condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe. Seguem achando que o ele deveria desistir da corrida e apoiar outro nome 76%. Os que acreditam que ele deve seguir candidato são 18%.

Entre os bolsonaristas, os que defendem que o ex-presidente passe o bastão são 47%. Os que acham que ele deve insistir na disputa, 52%.

Entre eleitores de direita não bolsonaristas, 72% preferem outro nome, contra 25% favoráveis a Bolsonaro.

A maioria dos eleitores também acredita que Lula não deveria disputar a reeleição: 56% defendem que ele não concorra, e 42% acham que ele deve tentar novo mandato.

Foram testados oito cenários de primeiro turno. Em todos Lula lidera.

Eduardo Bolsonaro é o político mais rejeitado entre os eleitores, com 68% dizendo que não votariam nele. Em rodada anterior da pesquisa, ele empatava no limite da margem de erro com seu pai, Jair Bolsonaro, que marcava 64%, agora 63%. A dupla é seguida por Michelle (61%) e Ciro Gomes (50%).

Eduardo está nos EUA desde março, de onde comanda uma campanha por sanções para livrar seu pai da prisão. Ele é alvo de uma representação no

Conselho de Ética da Câmara dos Deputados que pede a perda do mandato por quebra de decoro.

Os congressistas que apresentaram o documento sustentam, entre outras coisas, que Eduardo fez ataques reiterados a instituições, especialmente ao STF; incitou contra o processo eleitoral ao afirmar que "sem anistia para Jair Bolsonaro não haverá eleição em 2026"; e ainda atuou junto a autoridades estrangeiras para constranger instituições brasileiras.

O relator da representação defendeu nesta quarta-feira (8) o arquivamento do caso.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/10/genialquaest-lula-sustenta-vantagem-e-venceria-todos-os-candidatos-em-2o-turno.shtml

STF autoriza, e PF faz nova operação contra fraudes em descontos indevidos (inss)

A Polícia Federal cumpre nesta quinta-feira (9) uma nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga esquema de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

O ministro André Mendonça, do STF, relator do caso, autorizou 66 mandados de busca e apreensão. A PF realiza a operação em São Paulo, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal.

De acordo com nota divulgada pela PF, o objetivo é aprofundar as apurações sobre supostos crimes de inserção de dados falsos em sistemas oficiais, organização criminosa e ocultação e dilapidação patrimonial.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/stf-autoriza-e-pf-faz-nova-operacao-contra-fraudes-em-descontos-indevidos.shtml